



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7214 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

OS DESAFIOS DE 22 ANOS DE PRONERA: UMA POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO/NO CAMPO

Gisele da Rocha Souza - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Carina Elisabeth Maciel - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

OS DESAFIOS DE 22 ANOS DE PRONERA: UMA POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO/NO CAMPO

O Presente resumo realiza uma investigação preliminar referente ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, atende jovens e adultos dos projetos de assentamentos, como também, quilombolas e trabalhadores acampados cadastrados nesta autarquia, e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNF. O objetivo principal deste estudo é registrar o avanço do programa por meio de seus resultados em quantidade de alunos beneficiados e cursos ofertados durante 22 anos de vigência desde sua origem em 1998 e o seu desenvolvimento até o ano de 2020.

Entende-se que oportunizar o acesso ao espaço universitário, por meio de cursos de nível superior para os beneficiários da reforma agrária, infere no que seria uma maneira de promover as políticas públicas de educação do Campo; como forma de inserção de jovens e adultos, camponeses no processo de descolonização do conhecimento, promovendo uma educação, segundo Mészáros (2005), “para além do Capital”. Souza (2009), compreendendo que a luta pela educação do campo perpassa pelo entendimento da luta pela reforma agrária, afirma que não existe reforma agrária sem educação, e não há educação do campo sem reforma agrária.

Antes de refletir sobre os conceitos de Educação do Campo e Educação Rural, os termos, rural e campo, merecem um importante esclarecimento quanto aos seus diferentes conceitos no que se refere à educação. Segundo Souza (2006, p. 51) o “sentido da educação rural aparece quando há referência à política educacional do início e decorrer do século XX, cuja preocupação era com ações que pudessem superar o “atraso” presente entre os trabalhadores e moradores do espaço rural”. Ainda complementa Souza (2009) que o sentido

de Educação do Campo é um conceito que está sendo construído, configurado a partir da ação dos movimentos sociais neste espaço, destacando as propostas educacionais com a ideia de valorização do trabalhador que atua no campo, que possui laços culturais e valores relacionados à vida na terra e está diretamente vinculado a um modelo de desenvolvimento que exige novas bases, novos paradigmas de conhecimento.

Campos e Pizzeta (2019), ao estudarem as preposições inseridas nas terminologias, explicam que ao referir-se “no campo” entende-se como o lugar em que se está; e, portanto, é direito ter uma escola no lugar onde vive. Enquanto o uso do termo “do campo” tem uma conotação pedagógica e política, pois significa pertencer a esta educação que parte da realidade concreta dos povos do campo, dos sujeitos, levando em consideração sua história, memória, crenças entre outros aspectos. Nesta mesma linha, Molina (2020) afirma que Educação do Campo é um conjunto de princípios, políticas e práticas forjados pela classe trabalhadora do Brasil, em luta pelo processo de conhecimento para construção de um outro projeto de campo, um outro projeto de desenvolvimento, contemplando as minorias, os sujeitos do campo em suas especificidades. Argumenta ainda que esse tipo de educação possui dois elementos: primeiro é o próprio protagonismo da classe trabalhadora e segundo, é a indissociabilidade da questão agrária, da luta pela terra, pois ela se constitui como movimento da classe trabalhadora pelo acesso ao conhecimento a fim de garantir a reprodução material da sua vida enquanto campesinato.

Historicamente, a luta pela educação nos assentamentos se inicia, mais precisamente quando as famílias se encontravam acampadas, isto é, nos acampamentos. Por meio das escolas itinerantes. O Movimento Social Sem-Terra - MST, foi um dos precursores no início da luta pela educação do campo. A educação possui importância fundamental na pauta das suas reivindicações, pois “os primeiros relatos a respeito da educação nos assentamentos foram produzidos no início dos anos 1980”, como afirma Souza (2006, p. 38). No entanto, a luta pela reforma agrária, perpassa, pela reivindicação por uma escola diferenciada no campo, não é qualquer escola.

O PRONERA teve sua origem recentemente. Conforme dados do INCRA (2019), surgiu a partir de discussões entre professores, movimentos sociais e universidades após a I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA, realizado em junho de 1997. Assim, foi criado um Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representado pelo seu Setor de Educação, além do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No mesmo ano de 1997, as Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp) reuniram-se na UnB para discutir a participação das instituições de Educação Superior no processo educacional nos assentamentos. O que resultou na criação de um grupo para coordenar a produção do processo de construção de um projeto educacional das instituições de ensino superior nos assentamentos.

No ano seguinte, 1998, o Ministério Extraordinário de Políticas Fundiárias cria o PRONERA por meio da publicação da Portaria 10/98. O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, estava vinculado a esse Ministério a época. Em 2001, o PRONERA é incorporado ao INCRA por meio da publicação da Portaria 837/2001, e também é lançado o Manual de operações que traça objetivos, diretrizes e ações do programa. Neste período, tratava-se de uma política pública ligada ao Gabinete do INCRA. No ano de 2004, é publicado por meio de Portaria 282/2004 o Novo Manual do PRONERA, já no período do

governo Lula. Em 2009, por meio da publicação da Lei 11947/09, o PRONERA é implantado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA- e executado pelo INCRA. E no ano de 2010, houve a publicação do Decreto 7.352/2010, conhecido como decreto da Educação do Campo após 12(doze) anos de sua origem e dessa forma, estabelecido por Lei, o programa continua vigente após cinco governos (Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michael Temer, Jair Bolsonaro).

A metodologia que está sendo utilizada é análise documental e estatística com a utilização de dados e planilhas do INCRA, Legislação, DataPronera. Guiado por uma abordagem que tem como pressuposto que a realidade em que nós construímos se transforma no tempo e no espaço. Essa construção é histórica e se materializa por profundas contradições em elementos fundamentais da dialética

Segundo Molina (2020) a teoria do conhecimento para compreender o fenômeno, Educação do Campo é o materialismo histórico dialético, porque, enquanto teoria do conhecimento, ela possui algumas categorias denominadas categorias do método, que auxiliam a compreender os conflitos que forjam a Educação do Campo, destacam-se as categorias como materialidade, historicidade, mediação, contradição, trabalho e totalidade.

Manter os cursos de Educação Superior pelo PRONERA, ainda é um desafio. Uma vez que o programa, apesar de estar alicerçado em lei, aparenta, não fazer parte o projeto do atual do governo. E não havendo repasse de orçamento, dificulta a execução do programa.

[...] ao detalhar os caminhos que estão sendo orquestrados para a extinção desse programa, bem como no aspecto dos aportes de recursos necessários para a realização de projetos e cursos, que saíram de mais de 500 milhões de reais nos governos Lula e Dilma, e foi se definindo com um orçamento de R\$ 27 milhões em 2016, R\$ 14,8 milhões em 2017 e R\$ 19,7 milhões em 2018, R\$ 8,3 milhões em 2019 e R\$ 13,3 milhões em 2020. O mais duro ataque e crime do governo Bolsonaro, nesse âmbito, foi a publicação do Decreto 10.252/2020, em 21 de fevereiro de 2020, que altera a estrutura regimental do Incra e extingue a Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, responsável pela gestão do Pronera. (FELICIANO *apud* SONIA(ORGS), 2020, p. 8)

Observa-se que não estão sendo priorizados os investimentos devidos para manutenção do programa, o decréscimo de aportes de recurso necessários foi significativamente impactante conforme Feliciano (2020), de iniciais 500 milhões cai drasticamente e para 13 milhões de reais, inviabilizando o surgimento de novos cursos e precarizando o término de curso vigentes.

Apesar das dificuldades enfrentadas, pode-se, ainda, apresentar resultados preliminares, desta pesquisa de uma atuação positiva do programa, que a nível de Federação, o PRONERA já possibilitou a formação de aproximadamente 5.347 alunos em Nível Superior em diversas áreas. Segundo dados do INCRA (2019) o programa tem proporcionado acesso à educação a mais 190 mil estudantes, beneficiados em cursos que vão de alfabetização até pós-graduação. Possui articulação com mais de 100 instituições envolvidas na oferta de cursos, em mais de 1000 municípios do país e, por conseguinte, possibilitou mais de 529 vagas em cursos de alfabetização a pós-graduação até o momento.

Diante do exposto pode-se considerar que o PRONERA se apresenta como política de expansão da Educação Superior do Campo entre 1998 e 2020, pela escolarização da população rural e, sobretudo pela desconcentração do conhecimento científico como

estratégia vital para a criação de condições do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Educação Superior, Políticas Públicas, Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

FELICIANO, C. A. Espaços rebeldes em tempos de atraso: A tentativa de despolitização da questão agrária no Brasil. In RODRIGUES, S. (org.) **PRONERA: gestão participativa e diversidade de sujeitos da Educação do Campo**. Marília: Lutas Anticapital, 2020.

CAMPO, D. e PIZZETA, A. **Educação do Campo**. [Entrevista concedida a Edgard Rebouças . **Educação do Campo** Programa Temas em Educação. Programa produzido pela Universidade Federal do Espírito Santo, uma parceria entre o Centro de Educação (Laufes), a TV Ufes e o Curso de Comunicação, abordando temas em educação. Edição número 6. [Entrevista concedida a Edgard Rebouças. 16 de jul. de 2018. Disponível em <https://youtu.be/kUiGs4xVpDY>> Acesso em 30/06/2020. INCRA, Educação. **Histórico do Pronera**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/pronera_historia>. Acesso em 18 de outubro de 2019.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e os desafios da produção do conhecimento**. In III Colóquio Nacional de Educação, Políticas e Sociedade. Políticas, Educação do Campo e pesquisa na Amazônia: desafios em tempo de pandemia, 2020, Cametá/PA. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=x23tbJrJb0s>> Acesso em 04 de agosto de 2020.

SOUZA, G.R. **Conhecimento e Vida Camponesa: a formação de Engenheiros Agrônomos pelo PRONERA no Estado de Sergipe**. Dissertação de Mestrado, UFS, São Cristóvão, SE, 2009

SOUZA, M. A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.